

III ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO ADMINISTRATIVO E GESTÃO PÚBLICA I

DEILTON RIBEIRO BRASIL

RAMON ROCHA SANTOS

CARINA DEOLINDA DA SILVA LOPES

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direito administrativo e gestão pública I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Carina Deolinda Da Silva Lopes, Deilton Ribeiro Brasil, Ramon Rocha Santos – Florianópolis: CONPEDI, 2021.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-293-4

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Saúde: segurança humana para a democracia

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais – Anais de pôsteres. 2. Direito administrativo. 3. Gestão pública. III Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2021 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



III ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO ADMINISTRATIVO E GESTÃO PÚBLICA I

Apresentação

Os pôsteres contidos nesta publicação foram apresentados no Grupo de Trabalho - Direito Administrativo e Gestão Pública I durante o III Encontro Virtual do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito - CONPEDI, realizado nos dias 23 a 28 de junho de 2021, sob o tema geral “Saúde: segurança humana para a democracia”. O evento foi promovido em parceria com o PPGD – Mestrado e Doutorado em Direito do Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA, Federação Nacional dos Pós-Graduandos em Direito – FEPODI, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ. Trata-se da terceira experiência de encontro virtual do CONPEDI em quase três décadas de existência.

O Grupo de Trabalho Direito Administrativo e Gestão Pública I teve a coordenação da mesa virtual realizada pelo Prof. Dr. Ramon Rocha Santos, Prof^ª Dr^ª Carina Deolinda da Silva Lopes e Prof. Dr. Deilton Ribeiro Brasil para a apresentação dos pôsteres que foram previamente submetidos a denominada avaliação “double peer blind review”. O Grupo de Trabalho contou ainda com a contribuição de 09 (nove) pôsteres apresentados por alunos ligados a renomadas instituições de ensino superior do país.

Os trabalhos e debates desenvolvidos no Grupo de Trabalho produziram grande entusiasmo entre os alunos participantes, especialmente porque retrataram as os problemas da sociedade brasileira contemporânea momento grave de pandemia. São elas: a) combate à corrupção e à improbidade administrativa; b) compliance, accountability virtual, ética, licitação e políticas públicas; e c) transparência e eficiência administrativa.

Os artigos deste e-book em seu núcleo possuem as seguintes temáticas:

1. A ausência de critérios na utilização do princípio da publicidade pelo executivo e as consequências comportamentais em meio a atual pandemia;
2. A desjudicialização da saúde pelo uso da mediação como elemento democrático da participação popular-administrativa;
3. A ética da economia da comunhão à luz da eficaz destinação dos bens móveis apreendidos em leilão;

4. A gestão da pandemia no Brasil: quais medidas adotadas pelo Presidente Jair Messias Bolsonaro para conter o coronavírus em território nacional?
5. A importância da aplicação da Lei 123/2006 em processos licitatórios no Estado do Paraná: como as compras públicas podem fomentar a economia local.
6. Accountability virtual no controle social do SUS;
7. As políticas públicas como ferramenta de estímulo às doações para o terceiro setor no Brasil – uma análise jurídico-constitucional;
8. Compliance no setor público: desafios na saúde com a Covid-19;
9. Conduas e contextos: a responsabilidade culposa do administrador público na escolha de agentes ímprobos.

Registramos os efusivos cumprimentos ao CONPEDI, pelo destacado empenho e a qualidade da organização desse III Encontro Virtual - um espaço que tem proporcionado relevante momento de divulgação da pesquisa científica na área do Direito. Tal iniciativa mostrou que é possível, tanto no modelo presencial como no não presencial, potencializar o planejamento coletivo interdisciplinar com atividades acadêmicas que possibilitam o desenvolvimento das habilidades e competência dos discentes no contexto desse novo normal remoto direcionada para o pleno desenvolvimento do ser humano incluindo o saber fazer, saber ser, saber conviver que se constituem nas diretrizes de uma educação jurídica voltada para os cenários e contingências hodiernos.

Assim, é com grande satisfação que apresentamos a comunidade jurídica o presente e-book.

De Aracaju (SE), de Santa Maria (RS) e de Itaúna (MG), junho de 2021.

Prof. Dr. Ramon Rocha Santos

Profª Drª Carina Deolinda da Silva Lopes

Prof. Dr. Deilton Ribeiro Brasil

AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FERRAMENTA DE ESTÍMULO ÀS DOAÇÕES PARA O TERCEIRO SETOR NO BRASIL - UMA ANÁLISE JURÍDICO-CONSTITUCIONAL

Leonardo Buissa Freitas¹
Bianca Mariano Porto
Flaviane Silva Cardoso

Resumo

INTRODUÇÃO: O Brasil ainda carece de uma legislação que estimule a participação de atores sociais na execução e financiamento de projetos sociais (SZAZI, 2006). É correto afirmar que há no Brasil uma falta de apoio a instituições sem fins lucrativos (World Giving Index 2019). É evidente, ainda, que a participação da sociedade civil em Organizações Sem Fins Lucrativos é maior e mais relevante ao redor do mundo. Ainda que o país nunca tenha tido um investimento robusto no setor, em 2018, o Brasil caiu da 74^o para 122^a posição no World Giving Index, ranking internacional que avalia anualmente 126 países nos critérios de doação financeira, de tempo e ajuda a estranhos.

Não é por falta de recursos que as doações ocorrem em menor volume, mas por falta de entendimento da relevância das organizações, falta de transparência e falta de estímulo (CAF, 2019). É possível perceber isso claramente ao comparar o volume das arrecadações dos últimos anos com o que já foi arrecadado até julho de 2020, em virtude da pandemia do COVID-19.

No contexto atual de crise, causado pela presente pandemia, se observa, com base no exposto, que a situação alarmante incentiva a população e as corporações a se mobilizarem para socorrer às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Ou seja, a emergência sanitária acarretou o crescimento do volume de doações de forma espontânea. Vê-se, então, a possibilidade de construir algo sistematizado de apoio aos brasileiros em situação de calamidade, seja ela causada por uma pandemia, desastres ambientais, acidentes ou outras possibilidades.

PROBLEMA DE PESQUISA: Logo, sabendo que as políticas públicas não teriam o poder de direção, mas apenas de fomento, seriam as mesmas um meio de indução para incentivar a população brasileira a realizar mais doações para o terceiro setor, por meio de benefícios, como o incentivo fiscal?

¹ Orientador(a) do trabalho/resumo científico

OBJETIVO: O objetivo geral da pesquisa é entender como as Políticas Públicas podem atuar como ferramenta de estímulo à realização de doações pela população brasileira de forma perene e sistematizada. E como objetivos específicos temos:

1. Elucidar as normas existentes;
2. Analisar a legislação em vigor no que diz respeito às doações, os Incentivos Fiscais sobre a Receita e a Despesa Pública;
3. Identificar e analisar a legislação vigente acerca dos intermediários financeiros de doações;
4. Estudar a constitucionalidade de uma regulamentação para intermediários financeiros de doações por meio do incentivo fiscal na seara dos Incentivos Fiscais sobre a Despesa Pública;
e
5. Estudar a constitucionalidade de Incentivos Fiscais sobre a Receita Pública para doações.

MÉTODO: A pesquisa é de caráter exploratória com método dialético, a partir da revisão de literatura, análise legislativa, estudo de casos e estudo comparado.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Como resultados esperados testar as hipóteses de que é possível estimular as doações para organizações sociais por meio de: (1) políticas públicas de incentivo fiscal; (2) políticas públicas de conscientização; e (3) políticas públicas de isenção fiscal.

Palavras-chave: Terceiro Setor, Políticas públicas, Incentivo fiscal

Referências

ALBUQUERQUE, A. C. Carneiro de. Terceiro setor: história e gestão de organizações. São Paulo: Summus, 2006.

BUÍSSA, Leonardo; BEVILACQUA, Lucas. Incentivos fiscais setoriais: uma perspectiva de controle. In: R. Fórum Dir. fin. e Econômico – RFD FE | Belo Horizonte, ano 4, n. 7, p. 53-69, mar./ago. 2015.

CAF - Charities Aid Foundation. GIVING REPORT 2019 BRASIL. São Paulo, 2019.

Disponível em <https://sinapse.gife.org.br/download/giving-report-2019-brasil> Acesso em 08 de julho de 2020.

CAF - Charities Aid Foundation. WORLD GIVING INDEX. 10ª edição. 2019. Disponível em: <https://www.idis.org.br/publicacoesidis/world-giving-index-10-anos/>. Acesso em 20 de julho de 2020.

PORTO, B. M. As leis de incentivo fiscal no Brasil para doações ao Terceiro Setor frente aos intermediários financeiros. 2019. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

SURREY, Stanley S. The Tax Expenditure Concept and the Budget Reform Act of 1974, 17 B.C.L. Rev. 679 (1976). Disponível em: <http://lawdigitalcommons.bc.edu/bclr/vol17/iss5/1>

SZAZI, Eduardo. Terceiro Setor: Regulação no Brasil. São Paulo: Editora Peirópolis, 2006.